

EVASÃO ESCOLAR E MERCADO DE TRABALHO: O PAPEL DA ESCOLA TÉCNICA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Beatriz de Barros Vianna Cardoso¹, Monica Franchi Carniello², Moacir José dos Santos³

^{1,2,3} Universidade de Taubaté/ Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional. Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro - 12020-040 - Taubaté - SP – Brasil beatrizbvc@gmail.com

Resumo- O presente artigo é um estudo quantitativo sobre a inserção regional da educação profissional. O estudo foi realizado na cidade de Caraguatatuba, situada no litoral do estado de São Paulo. O objetivo da educação profissional é formar mão de obra capaz de atuar no mercado. Utilizando conceitos de desenvolvimento regional, o artigo infere que um dos fatores determinantes da evasão escolar é a falta de congruência do curso oferecido com o mercado de trabalho. O estudo utilizou dados da evasão em uma escola técnica de nível médio, inferindo que a evasão é menor em cursos que estão em sintonia com as demandas do mercado regional. Os dados sobre evasão foram obtidos na Coordenação de ensino da instituição e os dados sobre o mercado de trabalho regional coletados nas bases de dados da Fundação SEADE e Ministério do Trabalho e Emprego, selecionados por região e ramo de atividade. Comparando dados da evasão nos cursos técnicos em Comércio e Construção Civil com dados do mercado de trabalho nas áreas correspondentes, obteve-se como resultado a comprovação de que a oferta de emprego formal da região reflete na evasão escolar verificada na instituição.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; educação profissional; evasão escolar.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

O litoral norte paulista compreende os municípios de Caraguatatuba, Ubatuba, São Sebastião e Ilhabela que, juntos formam uma faixa litorânea de 161 quilômetros. A população total dos quatro municípios soma 279.930 habitantes com taxa de crescimento anual da população de 0,96 % maior que a média do estado.

O crescimento superior da população economicamente ativa (PEA) em relação à geração de postos de trabalho, segundo Pochmann, é o principal motivo do aumento do desemprego. Desse modo, a educação profissional, que tem como premissa “proporcionar a formação de profissionais, aptos a exercerem atividades específicas no trabalho” (Decreto 2.208 de 1997, artigo I parágrafo III), surge como um fator estratégico de competitividade e de desenvolvimento no mundo atual.

Assim, assume-se que a educação profissional deve formar profissionais capazes de atuar no mercado de trabalho, e tendo como pressuposto o desenvolvimento regional, infere-se que a educação profissional deve estar inserida no contexto do mercado de trabalho demandado por sua região

O objetivo do artigo foi verificar a relação entre oferta de emprego formal e evasão de alunos da educação profissional em uma escola

técnica de nível médio no município de Caraguatatuba.

Metodologia

A pesquisa foi realizada no município de Caraguatatuba, litoral norte do estado de São Paulo. Para identificação das atividades econômicas da região e das características e do mercado de trabalho, foram coletados dados na base de dados sobre informações municipais da Fundação SEADE, Ministério do Trabalho e Emprego.

Os dados sobre evasão escolar foram coletados numa instituição pública que oferecem cursos técnicos de nível médio nas áreas de Gestão, Informática e Construção Civil. Foram utilizados dados da evasão escolar atualizados em 2010. Os dados referem-se a cursos técnicos de alunos formandos no 2º semestre de 2009, dos cursos técnicos em Comércio e Construção Civil. A opção por estes dois cursos explica-se pelo fato de que não há dados específicos sobre o mercado de trabalho nas áreas de Informática e Administração, uma vez que as atividades relacionadas a estes cursos são agrupadas na categoria Serviços.

Os dados sobre evasão foram coletados na Coordenadoria de Ensino da instituição em questão. Conforme a informação fornecida por esta coordenadoria a definição de evasão é

entendida como a não finalização do curso em que o aluno estava matriculado e engloba os seguintes tipos de desligamento: abandono, matrícula cancelada a pedido e conclusão do curso sem cumprimento das horas de estágio obrigatório.

Para análise do mercado de trabalho nas áreas de Construção Civil e Comércio, um conjunto de dados foi pesquisado. Os dados selecionados para análise foram delimitados para as duas áreas, sendo estas especificadas nas bases de dados consultadas. Para demonstrar a participação destas áreas no mercado de trabalho selecionaram-se as seguintes variáveis:

- Participação dos vínculos empregatícios no total de vínculos (SEADE);
- Número de empregos formais (MTE/RAIS);
- Ocupações com maiores estoques de emprego formal (MTE/RAIS).

Resultados

A tabela 1 demonstra que apesar de o número de ingressantes nos cursos de Construção Civil e Comércio serem iguais (40 ingressantes por curso), o número de alunos evadidos no curso de Construção Civil é expressivamente maior do que no curso de Comércio. Os dados permitem inferir que 68% dos alunos ingressantes no curso de Construção Civil evadiram. Este número cai para 43% no curso de Comércio.

Tabela 1 - Evasão nos cursos de Construção Civil e Comércio

Curso	Ingressantes	Formandos 2º semestre de 2009	Total de Evadidos
Construção civil	40	13	27
Comércio	40	23	17

Fonte: Coordenadoria de ensino da instituição. Elaboração da autora, 2010.

Os dados coletados fornecem uma informação complementar. No curso de Construção Civil, o aluno deve cumprir 360 horas de estágio obrigatório para obtenção do título, enquanto que no curso de Comércio não há obrigatoriedade de estágio. Na tabela 2 verificou-se que 85% dos alunos formandos do curso de construção civil no 2º semestre de 2009 não haviam cumprido as horas de estágio obrigatório. Este dado evidencia a dificuldade de inserção do aluno no mercado de trabalho antes mesmo da obtenção do título de técnico em construção civil. O estágio, por lei, não cria vínculo empregatício e

nem gera ônus ao contratante. Entretanto, apesar do empregador ter direito a todas as vantagens estipuladas pela legislação, no que tange à contratação de estagiários, fica claro a dificuldade dos discentes em encontrar uma oportunidade de primeiro contato com o mercado de trabalho, mesmo que informalmente.

Tabela 2 – Formandos que não cumpriram estágio – Curso Construção Civil

Curso	Ingressantes	Formandos 2º semestre de 2009	Formandos que não cumpriram estágio
Construção Civil	40	13	11

Fonte: Coordenadoria de ensino da instituição. Elaboração da autora.

A tabela 3 evidencia que a participação do comércio no total de vínculos empregatícios da região é 9,65% maior que a do estado, demonstrando que o comércio emprega um contingente bastante significativo de trabalhadores. Em relação à construção civil, a variação é de apenas 0,51%.

Tabela 3 - Participação dos Vínculos Empregatícios no Total de Vínculos

Atividade	Região de Governo	Estado de SP
Comércio	28,66%	19,01%
Construção	4,9%	4,39%

Fonte: Fundação SEADE, 2008

Os dados da RAIS/MTE expostos no gráfico 1 indicam que, do total de 6.686 empregos formais nas duas atividades, 15% correspondem à construção civil e 85% correspondem ao comércio. Verifica-se que o número de empregos formais no comércio é expressivamente maior que na construção civil.



Gráfico 1 – Número de Empregos Formais em 2008.

Fonte: MTE/RAIS 2008, elaboração da autora.

Ainda com dados da MTE/RAIS, verifica-se que ocupações diretamente ligadas ao comércio estão entre as com maiores estoques de emprego formal, no passo que nenhuma ocupação relacionada à construção civil é apresentada.

Tabela 4 - Ocupações com maiores estoques

Classificação CBO	Descrição da ocupação	Total	Percentual total
CBO 521110	Vendedor de comércio varejista	1709	42%
CBO 411005	Auxiliar de escritório, em geral	773	19%
CBO 421125	Operador de caixa	571	14%
CBO 411010	Assistente administrativo	508	13%
CBO 513205	Cozinheiro geral	499	12%

Fonte: MTE/RAIS, 2008.

Discussão

O termo desenvolvimento, segundo Boisier (2001), ganhou ao longo dos anos diversas interpretações e definições. Inicialmente, desenvolvimento estava estritamente relacionado ao Produto Interno Bruto (PIB), nos anos 60 é referido ao nível de pobreza, emprego e igualdade, e nos anos 70, durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, são lançados os primeiros conceitos de desenvolvimento sustentável.

De acordo com Boisier (1996, p.6), muitos adjetivos foram atribuídos ao termo desenvolvimento. Alguns deles, excessivamente redundantes, como desenvolvimento territorial, regional, local, endógeno. Para o autor, desenvolvimento regional:

[...] consiste em um processo de mudança estrutural localizado (em um âmbito territorial denominado região) que se associa a um permanente processo de progresso da própria região, da comunidade ou sociedade que moram nela e de cada indivíduo membro de tal comunidade e habitante do território.

Apesar das diferentes definições, verifica-se que os autores concordam que atualmente o termo desenvolvimento abrange variáveis

econômicas, políticas, territoriais, sociais e culturais e que há uma tendência em considerar o fator humano como determinante no desenvolvimento de uma determinada região.

Em linhas gerais, o conceito de desenvolvimento regional atualmente abrange a valorização de iniciativas locais como fator de competitividade, a gestão participativa, a promoção do acesso da população aos serviços básicos e consciência ambiental, como propulsores da diminuição das desigualdades.

Na América Latina, as políticas públicas ligadas ao desenvolvimento regional foram fortemente influenciadas pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe). Os novos conceitos de desenvolvimento regional tendem para a necessidade de abordagens multidisciplinares para a identificação de aspectos como potencialidades e problemas regionais, bem como demandas por ações para as quais convergem aspectos econômicos, sociais, educacionais e ambientais, tendo em vista atuar sobre estes aspectos. Esta abordagem impõe uma realidade complexa e carente de respostas. Como consequência, diversos ministérios e organizações subordinadas aos governos federal, estaduais e municipais tem se envolvido com a questão do desenvolvimento (e planejamento) regional.

Dentre estas políticas destaca-se a multiplicação de escolas técnicas de nível médio nos últimos anos. Estas escolas têm como objetivo principal formar profissionais para o mercado de trabalho. No âmbito federal, a Lei 11.892 de dezembro de 2009, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais, o compromisso com o desenvolvimento regional tem papel de destaque. Os incisos I e II do art. 6º, seção II, versam que a oferta e o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica devem ter vistas “na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional”. E, ainda, no inciso IV do mesmo artigo afirma que estas instituições têm por finalidade e característica “orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais”. Evidencia-se aqui que o desenvolvimento regional ganhou força nas políticas de inserção promovidas pelo governo.

Dados demonstram que entre 1909 (data da criação da primeira escola profissionalizante) e 2002 foram criadas, pelo governo, 140 escolas de ensino técnico. Em 2010, foram criadas 214 escolas do mesmo tipo. Foram firmados ainda convênios com os estados no valor de 1,2 bilhões de reais para reestruturar o ensino médio, integrando-o ao ensino profissional.

Esta rápida expansão, agravada pela proximidade do período eleitoral, tem feito com que muitas destas escolas sejam implantadas sem planejamento e sem a preocupação de que atendam o mercado de trabalho da região onde deveriam estar inseridas.

A falta de planejamento na implantação destas instituições, e, por conseguinte a má escolha dos cursos oferecidos por elas gerou um problema que também tem sido alvo de diversas políticas públicas na área da educação: a evasão escolar.

Conclui-se que a implantação destes cursos que deveriam formar o aluno para o mercado de trabalho gerou um revés na política pública de educação. O crescimento na oferta de cursos profissionalizantes (uma política de incentivo) aumentou os números da evasão escolar (política combativa).

Diversas são as definições de evasão escolar. Assim como nos conceitos de desenvolvimento regional, diferentes autores utilizam-se de diferentes variáveis para medir evasão escolar. Polydoro (1995) apresenta diversos artigos acerca do assunto e aponta que critérios diferentes têm sido utilizados para mensurar e definir a evasão.

De acordo com relatório elaborado pela Comissão Especial de Estudos da Evasão, o fenômeno da evasão está relacionado a três categorias (BRASIL, 1994):

- a) Fatores Referentes às Características Individuais do Estudante
- b) Fatores Internos às Instituições
- c) Fatores Externos às Instituições

Dentro do contexto deste artigo, são relevantes os fatores externos às instituições. Estes fatores de acordo com Scalli (2009) estão associados, dentre outros, ao mercado de trabalho e ao reconhecimento social da carreira escolhida.

Fusinato (1995) afirma que são múltiplos os fatores que contribuem para a evasão, e dentre eles estão a posição social da profissão e a valorização do diploma no mercado de trabalho.

Conforme Rozesntraten (1992), as profissões mais ligadas a expectativas de salários altos, garantia de emprego, *status* profissional e intelectual e maior poder aquisitivo são supervalorizadas. Outros cursos, de pouco prestígio social, são vinculados aos salários baixos e à falta de garantia de inserção no mercado de trabalho. O autor destaca que os estudantes que optam por essas profissões de menor prestígio possuem maior probabilidade de não se diplomarem. Confirmando o que foi exposto, a evasão torna-se mais preocupante quando

paralelo a ela existe a baixa demanda pelo curso, o que significa a baixa oferta de profissionais para o mercado de trabalho (GOMES; ANGERAMI; MENDES, 1995).

Conclusão

O artigo permitiu evidenciar que a falta de planejamento de políticas públicas pode criar problemas que necessitam de outras políticas públicas para saná-los. Os crescentes e vultosos investimentos em educação profissional sem planejamento resultam na implantação de cursos profissionalizantes que não viabilizam a inclusão do aluno no mercado de trabalho, provocando dúvidas quanto à eficiência do ensino profissional.

Em função dos dados levantados, pode-se concluir que a instituição de ensino profissional em questão pouco contribui para o desenvolvimento da região estudada, pois não houve preocupação por parte de seus dirigentes em realizar um estudo da região para então decidir por cursos profissionalizantes mais ajustados às demandas do mercado de trabalho. Evidencia-se a necessidade de realizar um estudo mais abrangente, que permita o desenvolvimento de um projeto para a implantação de novos cursos profissionalizantes e a adequação dos cursos já existentes, para que a instituição em questão cumpra seu papel como propulsora do desenvolvimento regional.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Programa de avaliação institucional das universidades brasileiras. PAIUB.** Brasília/DF, 1994

FUSINATO, P. A. **Panorama do curso de Física da USP no perfil de seus alunos.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/pcfusp.html?idtese=19951433006016002P8>. Acesso em: 06 jul.10.

GOMES, D. L. S.; ANGERAMI, E. L. S.; MENDES, I. J. M. **Acompanhamento da vida escolar dos alunos ingressantes no curso de graduação em enfermagem numa escola brasileira: período 1984 a 1988.** Rev. Latino-Am. Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 3, n. 1, 1995. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rlae/v3n1/v3n1a08.pdf> >. Acesso em: 05 jul. 10.

POCHMANN, M. **Desemprego e políticas de emprego: tendências internacionais e o Brasil.** Revista Economia e Trabalho. Campinas: Unicamp, 1998.

POLYDORO, S. A. J. **Evasão em uma Instituição de ensino superior:** desafio para a Psicologia Escolar. 1995. 149 f. Dissertação. (Mestrado). Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica da Campinas. Campinas, 1995. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/eies.html?idt ese=19951433006016002P8>. Acesso em: 17 jul.10.

ROSENTRATEN, A. S. **Comportamento Vocacional.** Texto de Curso ministrado no VI Encontro Paranaense de Psicologia, Curitiba-PR, 1992.